

## POLÍTICAS PÚBLICAS

## Poucos centros de pesquisa se dedicam ao estudo da fome

No Brasil, 44 milhões de pessoas passam fome, mas o país não conhece a fome. Josué de Castro que o diga. Ele foi o primeiro a realizar reflexões sistemáticas sobre o problema: em *Geografia da fome* (1946) e *Geopolítica da fome* (1951), ao abordar a questão num contexto político-social inédito, revelou uma realidade assustadora, e seu trabalho alcançou repercussão internacional.

Para Walter Belik, professor do Instituto de Economia da Unicamp e especialista em segurança alimentar, só recentemente os pesquisadores retomaram os estudos da fome no Brasil, de forma multidisciplinar e abrangente. “O tema está voltando a ter importância: ainda não existem congressos brasileiros e a literatura sobre o assunto é pouca, mas é uma área de pesquisa que está crescendo”, diz Belik.

A falta de verba não é um argumento para o desinteresse em estudar o problema. Belik lembra que existe uma linha de financiamento na Fapesp, em São Paulo, específica para políticas públicas. “Mas os pesquisadores não se interessam por elaborar projetos sobre a fome”. Falta articulação entre os pesquisadores de diferentes áreas, e existem poucos nutricionistas e profissionais da área de saúde pública estudando a fome.



Grupo de crianças do semi-árido nordestino

“Só a geografia humana tem hoje uma discussão mais abrangente sobre o tema”. Além da falta de integração entre os pesquisadores, a falta de métodos de pesquisa adequados também é um entrave, acrescenta.

No Brasil, os esforços da comunidade científica concentram-se nas universidades federais do Rio de Janeiro e Pernambuco, na PUC de Minas Gerais e na Unicamp. Belik enfatiza o trabalho da Embrapa, em busca de alternativas para melhorar a produtividade dos pequenos produtores e das produções familiares de regiões críticas como o semi-árido nordestino. Ele assinala, ainda, alguns estudos brasileiros para nortear o investimento social de combate à fome. Um deles é do Ipea (Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada), que usa a metodologia da FAO para comparar as necessidades calóricas mínimas e custo de uma cesta básica por região metropolitana brasileira. Mostra que distribuição de renda não é suficiente para tornar acessível os alimentos às populações mais pobres: “é preciso fazer chegar os alimentos às pessoas e ensiná-las a se alimentarem corretamente”, alerta.

**NO EXTERIOR** Diferentemente do Brasil, as políticas de combate à fome adotadas em países, como EUA e Canadá, são cada vez mais baseadas em resultados de pesquisas científicas. Um exemplo americano de programa bem sucedido, que tem servido de exemplo ao Brasil, é o Programa de Cupom Ali-



mentação, que tornou-se permanente desde a década de 70 nos EUA.

“De acordo com os dados oficiais, a FAO considera que o Brasil está dentro do grupo de países que melhoraram a situação da fome e desnutrição crônica a partir da Cúpula Mundial da Alimentação em 1996”, disse José Tubino, representante da FAO no Brasil. O que não significa, porém, que o Brasil cumpriu os compromissos assumidos na Cúpula: para reduzir o número de famintos pela metade, até 2015, o Brasil terá que intensificar seus esforços, acrescenta Tubino.

A elaboração do Projeto Fome Zero é uma prova do interesse brasileiro em cumprir o seu compromisso. “Fome Zero é uma proposta importante que integra a luta contra a fome e a miséria. A FAO compartilha dessas idéias, e dará grande atenção ao desenvolvimento desse projeto”, assegura.

Em seu primeiro pronunciamento oficial como presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a criação da Secretaria de Emergência Social, voltada prioritariamente para a questão da fome. O Projeto Fome Zero, elaborado pelo Instituto Cidadania e sob coordenação do economista José Graziano da Silva, da equipe do presidente eleito, tem a tarefa de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade no Brasil. O projeto deverá ser a base para a elaboração de uma política de segurança alimentar e nutricional para o Brasil nos próximos anos.

*Juliana Schober*

## OS NÚMEROS DA FOME

Estima-se que existam 44 milhões de pessoas vulneráveis à fome no Brasil, a maior parte na zona rural. Dados de 1996, mostram que cerca de 10,4% das crianças brasileiras menores de 5 anos sofrem de desnutrição crônica, nas formas mais severas. No Brasil, não faltam alimentos: a disponibilidade de alimentos *per capita* é muito maior que o mínimo necessário. O problema é má distribuição, por conta da concentração de renda. Apesar da pobreza estar concentrada no nordeste brasileiro, são nos estados mais ricos como São Paulo e Rio Grande do Sul que a pobreza cresce mais, o que contribui para o aumento da insegurança alimentar nessas regiões.

## DESEMPREGO

### Metodologia do IBGE e do Dieese se aproximam

O desencontro dos índices de desemprego aponta, agora, para uma direção de consenso entre os dois principais institutos, responsáveis por essa medição. A partir deste ano, o índice de desemprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passa a ser apurado com uma nova metodologia. Aos desocupados, o IBGE não pergunta mais se ele procurou por emprego apenas na última semana, mas estende a pergunta para o último mês. Antes, quem não havia procurado por emprego na semana anterior à da pesquisa era considerado

inativo e não desempregado. O IBGE passa também a identificar os trabalhadores desalentados – aqueles que deixaram de procurar um emprego no mês de referência da pesquisa, mas procuraram por emprego nos seis meses anteriores. Essa alteração romperá com os padrões estabelecidos há mais de 20 anos.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), sempre considerou o período de 30 dias como referência para a procura do emprego. A comparação possível entre os dois índices refere-se apenas ao desemprego aberto, já que, para compor o índice brasileiro mais representativo, o Dieese considera o trabalhador desalentado também como desempregado. O índice é uma soma entre o desemprego aberto, o desemprego oculto pelo desalento e o desemprego oculto pelo trabalho precário. Esses trabalhadores, entretanto, continuarão integrando o grupo de inativos, não sendo considerados como desocupados. Outra alteração importante é o estabelecimento do tempo mínimo de uma hora de trabalho remunerado na semana anterior à da pesquisa, para que a pessoa seja considerada como empregada. O IBGE estabelece três categorias principais, medidas por sua Pesquisa Mensal de Emprego (PME): empregados – categoria em que se inclui aqueles que têm ou não carteira assinada, trabalhadores por conta própria, empregadores e trabalhadores não remunerados; desocupados – aqueles que procuraram trabalho nos últimos 30 dias; e inativos – aqueles que não procuraram trabalho nos últimos 30 dias.